

que o hedge seja efetivo. **ii. Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira** - A Companhia utiliza instrumentos de proteção (hedge) para diferenças de moedas estrangeiras oriundas entre a moeda da operação no exterior e a sua moeda funcional (Real), independentemente se o investimento líquido for mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária. **iii. Instrumentos financeiros - i. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, se tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. **ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. **iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures. **iv. Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos e empréstimos mútuos. **v. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo. **iv. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e fornecedores. **v. Capital social - Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **vi. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge** - A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas geralmente no resultado no momento da liquidação da operação. **b. Critérios de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável** - A Administração da Companhia utiliza como premissa inicial para constituição da provisão do contas a receber de clientes para redução ao valor recuperável os saldos vencidos há mais de 180 dias de atraso e baseada nesse saldo a Administração realiza a análise individualizada dos títulos quanto à recuperação para aferir o real valor da provisão a ser constituída. **c. Imobilizado - i. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii. Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **iii. Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método

linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Edificações	4%
• Instalações	5% a 10%
• Máquinas e equipamentos	2% a 10%
• Móveis e utensílios	10%
• Veículos	20%
• Computadores e periféricos	20%

iv. Obras em andamento - Obras em andamento representam os desembolsos realizados para investimentos na planta da Companhia. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos que irão influir positivamente no seu desempenho operacional. **d. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. No caso dos estoques de produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas de vendas. **e. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **f. Redução ao Valor Recuperável (Impairment) - Ativos financeiros não derivativos (incluindo mútuos)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável - **Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os estoques e imposto ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **g. Receita operacional - i. Vendas** - A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia, dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. **h. Receitas financeiras e despesas financeiras** - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias e cambiais passivas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **i. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de \$ 20 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os saldos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado do exercício.

Imposto corrente - O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. **Imposto diferido** - O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **j. Subvenções governamentais** - A Companhia recebe incentivos da União na forma de redução do imposto de renda à base de 75%. O cálculo, na modalidade lucro da exploração, segue regras definidas por lei. A vigência atual do benefício é até o término do ano-calendário de 2021. A Companhia também goza de benefícios do governo do Estado do Pará em relação ao recolhimento de tributos de sua responsabilidade. A forma prevista é de um percentual calculado a título de crédito presumido a abater o saldo devido pelo faturamento. A validade do benefício é de 15 anos, contados a partir de setembro de 2010. **k. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como plano de saúde médico e odontológico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma

base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado.

4 - Caixa e equivalente de caixa

	2013	2012
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	10.654	9.377
Aplicação financeira	17.029	-
	27.686	9.380

As aplicações financeiras ora detalhadas referem-se a aplicações em fundo de investimento de liquidez imediata e visam atender compromissos de curto prazo. Referidos valores são aplicados em instituição financeira e seu rendimento bruto nos últimos 12 meses foi de 8,18%.

5 - Aplicações financeiras

	2013	2012
Aplicações financeiras	656	50
	656	50

Refere-se a aplicações em títulos de capitalização com vencimento em 27 de novembro de 2015, cujo rendimento varia em função da TR. A manutenção dos valores aplicados justifica-se em função do relacionamento entre a companhia e a instituição financeira.

6 - Contas a receber de clientes - a. Composição dos saldos

	2013	2012
Contas a receber de clientes	81.800	76.740
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(712)	(894)
	81.088	75.846
Circulante	80.113	74.562
Não circulante	975	1.284

b. Saldos de clientes por vencimento

	2013	2012
A vencer	61.785	61.618
Vencido de 1 a 30 dias	4.134	6.749
Vencido de 31 a 90 dias	2.083	750
Vencido de 91 a 180 dias	534	1.023
Vencido de 181 a 360 dias	13.264	6.600
	81.800	76.740

Concentração de carteira

	2013	2012
Maior cliente	26.788	41.889
2º ao 11º maior cliente	42.778	25.005
12º ao 50º maior cliente	11.126	8.906
Outros	1.108	940
	81.800	76.740

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, exceto construção em andamento, são divulgadas na nota explicativa 17. A Companhia realiza análise individualizada de títulos para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa que será constituída em cada exercício. A Companhia não tem como premissa oferecer contas a receber com garantia em dívidas.

7 - Estoques

	2013	2012
Matérias-primas e materiais de consumo	6.789	5.018
Insumos e materiais de embalagem	13.810	11.548
Produtos em processos	5.980	7.239
Produtos acabados	14.027	15.499
	40.606	39.304

A movimentação dos estoques no exercício está demonstrada na nota explicativa nº 23 que trata dos custos dos produtos vendidos. A Companhia não adota a política de oferecer estoque em garantia de dívidas.

8 - Adiantamentos a fornecedores

	2013	2012
Maior fornecedor	4.278	6.915
2º maior fornecedor	3.700	1.700
3º ao 11º maior fornecedor	2.984	3.002
Demais fornecedores	273	259
Provisão para redução ao valor recuperável	(925)	(955)
	10.310	10.921

A Companhia adianta numerário a fornecedores por conta, dentre outras, de futuras importações de insumos e matérias-primas, valores estes que serão devidamente compensados com os pagamentos subsequentes.

9 - Ativo fiscal corrente

	2013	2012
COFINS a recuperar	14.397	8.076
PIS a recuperar	3.985	2.271
Retenções a recuperar	385	354
Saldo negativo imposto a recuperar	715	607
IPI a recuperar	852	852
	20.334	12.160

A Companhia apura crédito de PIS e COFINS sobre as aquisições de bens utilizados como insumos para produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda. Estes créditos são utilizados periodicamente para compensação de obrigações federais.

10 - Benefício para reinvestimento

	2013	2012
Reinvestimentos legais - SUDAM	2.244	2.080
	2.244	2.080

A Companhia efetua depósitos para reinvestimento em conformidade com o que dispõe a legislação específica para empresas que exercem suas atividades na área de atuação da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Estes montantes são mantidos pela Companhia até a liberação dos recursos por parte da SUDAM. No exercício de 2013, a Companhia provisionou depósito ao Banco da Amazônia do montante de R\$ 568 (R\$ 834 em 2012). Não foi constituída reserva de subvenção no exercício de 2013, em 2012 foi constituída reserva de R\$ 556 diretamente no patrimônio líquido.